

Imobiliário, Arquitectura & Construção

- Planear de raiz para o futuro: novos materiais e técnicas aumentam protecção contra fenómenos meteorológicos extremos
- Avelino Oliveira, presidente da Ordem dos Arquitectos: “Se a construção for de boa qualidade, temos outros níveis de segurança”
- Patrícia Barão, presidente da APEMIP: “Temos de ter casas a preços que as famílias possam comprar e arrendar”

Edição

JL
JORNAL DE LEIRIA

João Pedro Begonha Assumiu em Abril a direcção-geral da Associação Portuguesa dos Comerciantes de Materiais de Construção (APCMC), uma fileira que agrega quase 54 mil trabalhadores e 14 mil milhões de euros de volume de negócios. Fala da reconstrução pós-tempestades, escassez de mão-de-obra e os desafios da regulação europeia

“A instabilidade geopolítica no Médio Oriente tem impacto nos custos da energia e de transporte”

Jacinto Silva Duro

jacinto.duro@jornaldeleiria.pt

Acaba de assumir como director-geral da Associação Portuguesa dos Comerciantes de Materiais de Construção (APCMC). Quais são as metas mais urgentes a que se propõe no exercício deste cargo?

A APCMC é uma instituição bem estruturada, com projectos em andamento de apoio ao sector dos materiais de construção, que os está a implementar atempadamente e que tem uma metodologia de funcionamento interna que tem vindo a ser muito bem coordenada pelo anterior director-geral, o doutor José de Matos, desde há 41 anos. Diria que a meta mais urgente que possuo em mãos, tendo em contexto que estou em funções há relativamente pouco tempo, é inteirar-me de todos os dossiers que estão em andamento, em conjunto com a equipa da associação e com o doutor José de Matos, que se irá aposentar e que, generosamente, permanece na instituição para que esta transição seja suave. Eu diria que a meta mais urgente é fazer com que a APCMC continue a trabalhar normalmente, não obstante o ajuste ao nível da coordenação operacional. Futuramente, como não poderá deixar de ser, procurarei instituir o meu cunho pessoal em algumas áreas, mas isso virá com o tempo, sem precipitações, sem a procura de colocar rapidez e urgência nas minhas decisões e totalmente alinhado com a visão da Direcção desta instituição.

Como caracteriza, hoje, a fileira dos materiais de construção em Portugal, em termos de dimensão, emprego e volume de negócios?

No final de 2024, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), operavam no ramo cerca de 10.700 empresas. Falar-se em empresas associadas ao comércio de materiais de construção, implica não esquecer que estamos a agregar uma grande diversidade de negócios como agentes de comércio por grosso de materiais de

construção diversos, minérios, metais, madeiras, equipamentos sanitários, ferragens, ferramentas, tintas, vidros e entramos também em alguns subsectores ligados à decoração de interiores como carpetes, tapetes, cortinados e revestimentos para paredes e interiores. Dos dados a que temos acesso via INE, o conjunto de negócios acima referido, empregava, no final de 2024, quase 54 mil pessoas, tendo atingido um volume de negócios na ordem dos 14 mil milhões de euros.

Qual o peso das empresas familiares e das PME neste universo? Estão a conseguir resistir à pressão das grandes

Perfil Da banca ao associativismo

A trajectória profissional de João Pedro Begonha, director-geral da Associação Portuguesa dos Comerciantes de Materiais de Construção desde Abril de 2026, começou na banca, onde integrou o Banco Espírito Santo entre 2004 e 2008, primeiro como assistente comercial e depois na gestão do segmento de médias empresas. Seguiu-se uma aproximação à esfera política: entre 2010 e 2012 desempenhou funções de assessor técnico na Assembleia da República, afecto às Comissões de Orçamento e Finanças e de Economia, Inovação e Energia, e entre 2012 e 2015 foi adjunto da Ministra da Agricultura e do Mar e, posteriormente, da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território. O regresso ao associativismo empresarial fez-se em 2017, com a direcção-geral executiva da Associação Empresarial de Paços de Ferreira, transitando em 2019 para a Associação Empresarial de Penafiel, onde assumiu a secretaria-geral durante sete anos.

superfícies e das plataformas físicas e digitais?

Em maioria, em Portugal, grande parte das PME são familiares. O que podemos afirmar é que este sector está alinhado com essa realidade. Sim, as empresas nossas associadas têm tido um bom comportamento ao nível do negócio sustentável, sendo que o indicador de volume de negócios apresenta valores firmes e crescentes.

Como está a correr 2026 para a fileira?

O sector dos materiais de construção está ligado à construção de habitações e infra-estruturas, sejam elas privadas ou de investimento público. O presente ano está a correr com relativa normalidade, mas há factores que podem influenciar o negócio, sendo que o mais actual - a instabilidade geopolítica no Médio Oriente - tem impacto, directamente, nos custos da energia e de transporte, e se perdurar, teremos também influência nos custos de produção de alguns materiais, como o ferro, o alumínio, o cobre, o cimento e a cerâmica. Estes custos, que têm impacto no custo de obra, podem levar a reajustes de orçamentos passados em obras não concretizadas, entre outros. Todos estes factores e, principalmente a não resolução da guerra do Médio Oriente, podem levar a alguma instabilidade no sector em 2026. Apesar disso, neste ano e no próximo esperamos um crescimento das vendas de materiais de construção entre os 2% e os 3% em termos reais. Não temos expectativas de crescimentos maiores, porque temos o travão da falta de mão-de-obra, outro factor que está a atrasar a construção nova em Portugal.

O comboio de tempestades de Janeiro e Fevereiro gerou uma procura extraordinária de materiais, na região de Leiria. Houve ruptura de stocks, subida de preços, dificuldades logísticas?

A procura generalizada foi limitada a alguns produtos de coberturas, como te-

lhas, placas, lonas e chapas. Não existem problemas de abastecimento, salvo em produtos que hoje já não se produzem ou têm relativamente pouca aplicação. Sabemos que muitas das habitações e infra-estruturas afetadas possuíam materiais antigos.

O pico de procura já normalizou ou ainda se faz sentir?

Nos dias imediatos à tragédia, os comerciantes de materiais de construção foram absolutamente solidários e responderam imediatamente a pedidos de ajuda, mesmo durante os fins-de-semana, transportando para os locais identificados aqueles que foram considerados os produtos mais urgentes para colmatar a longa intempérie que não deu tréguas, infelizmente, durante semanas. Na APCMC, fizemos questão de fazer a ligação entre as entidades locais e os nossos associados, informando sobre as necessidades e os locais de entrega e respectivos contactos para operacionalizar a ajuda.

Os comerciantes da região Centro estão a conseguir dar resposta às obras de reconstrução?

Na fase em que nos encontramos, o maior desafio vai ser reparar não só as coberturas, mas também as estruturas dos pavilhões e armazéns que foram muito danificados. Estamos a falar de uma imensa área de estragos. Em muitos casos, apenas reparar as estruturas, não será possível. É mesmo necessário demolir ou desmontar e fazer de novo, o que além de ser mais complexo, exige engenharia, elementos estruturais específicos e recursos de mão de obra especializada, bem como equipamentos de montagem. São obras muito demoradas e vai ser impossível realizá-las todas ao mesmo tempo. Estamos perante um período de restituição da situação original que pode levar de meses a anos, sendo que acresce o contexto negativo de não haver mão-de-obra disponível na quantidade e qualidade pretendidas.

FOTO CEDIDA PELA APCMC



Há jovens a entrar no negócio?

Há e há toda uma geração jovem a dar continuidade aos negócios familiares, sendo que trazem toda a sua vontade, criatividade e novos conhecimentos que permitem tornar as suas empresas alinhadas com os melhores exemplos mundiais na fileira. A APCMC não pode deixar de estar presente neste ecossistema de renovação geracional, pelo que possui uma rede denominada de Young Merchants cuja adesão e informação detalhada pode ser consultada em: <https://www.apcmc.pt/apcmc-young-merchants/apcmc-young-merchants/>. A rede proporciona *networking* e troca de informações sobre as melhores práticas empresariais, sendo que a adesão tem sido um sucesso.

O mercado nacional está a responder às exigências de eficiência energética impostas pela regulamentação europeia?

Sim, o mercado nacional está a responder às exigências ao nível da eficiência energética. O tema da sustentabilidade dos materiais de construção é levado muito a sério por todo o sector pois há muita pressão dos promotores imobiliários para os temas da sustentabilidade, e naturalmente, uma consciencialização ambiental crescente ao nível de toda a cadeia de valor dos materiais de construção.

A burocracia nos licenciamentos de obras é um travão para o mercado?

A burocracia nos licenciamentos de obras é um travão para o mercado. Sendo a lei e os procedimentos transversais a todos, o facto é que notamos que há locais onde os processos de licenciamento são mais céleres do que em outros.

Daqui a dez anos, como imagina o comerciante de materiais de construção em Portugal? O modelo de negócio vai manter-se?

Daqui a dez anos, ou provavelmente ainda mais cedo, teremos certamente novas exigências que terão implicações no ramo de actividade e às quais este já se está a ajustar. Refiro-me ao Passaporte Digital dos Materiais de Construção, aos desafios relativos à sustentabilidade ambiental, que já é hoje muito levada a sério por todo o sector, inclusivamente pelos promotores imobiliários. A Comissão Europeia vai fazendo o seu trabalho de consulta à APCMC com vista a projectos preparatórios que estarão implementados a médio-longo prazo, como o cumprimento de metas relativas à eficiência energética de materiais, à possível reutilização dos mesmos, no âmbito da economia circular, e também relativamente à pegada de carbono, muito associada à proveniência dos materiais de construção, que implicam na poluição associada ao seu transporte. É um sector sempre em evolução, procurando ser inovador e sempre cumpridor das exigências que o mercado e as instituições governamentais e europeias emanam.